

# Evolução da Saúde Pública no Brasil

UNIDADE 4 – Habilitação para a prática das PNPIC

Prof (a). Ana Laux



# Práticas Integrativas e Complementares no SUS

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) foram incorporadas ao SUS pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) em 2006, ampliando para 29 práticas em 2017.



# Fundamentos da PNPIC



## Universalidade

Garantia de acesso às PICS para todos os cidadãos brasileiros.



## Integralidade

Abordagem completa do indivíduo, considerando aspectos físicos, mentais e sociais.



## Equidade

Oferta de serviços conforme necessidades específicas de cada população.





# Profissionais Graduados na Saúde

## Formação Exigida

Graduação em áreas como Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Biomedicina.

## Registro Profissional

Vinculação obrigatória aos respectivos Conselhos Profissionais.

## Especialização

Algumas práticas como Acupuntura e Homeopatia requerem especialização adicional.



# Profissionais Não Graduados na Saúde



## Qualificação Específica

Formação reconhecida na prática integrativa escolhida.



## Integração em Equipe

Atuação como parte de equipe multiprofissional.



## Conhecimento de Normativas

Compreensão das diretrizes do SUS e regulamentações locais.



## Supervisão

Trabalho sob supervisão de profissionais graduados na saúde.

# Caminho para Habilitação no SUS

## Formação Específica

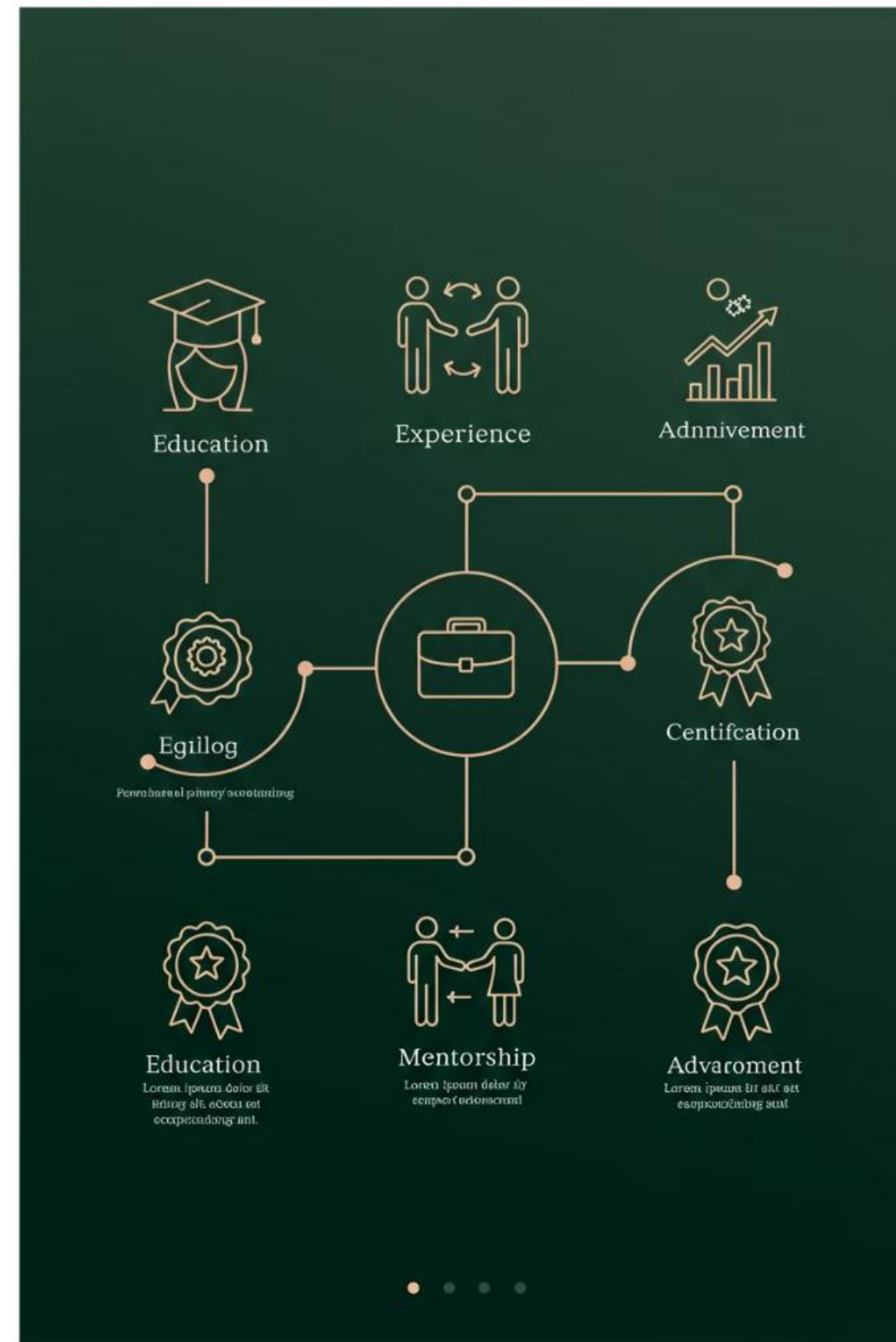
Obtenção de qualificação reconhecida na prática integrativa escolhida.

## Verificação de Requisitos

Consulta às exigências específicas da esfera de atuação (federal, estadual ou municipal).

## Processo Seletivo

Participação em concursos ou seleções conforme legislação local.





# Regulamentação pelos Conselhos

1

## Definição

Cada Conselho Profissional regulamenta a atuação de seus membros nas PICS.

2

## Requisitos

Estabelecimento de critérios de formação e certificação específicos.

3

## Limites

Determinação dos limites de atuação para garantir segurança e eficácia.



# Atuação sem Regulamentação Específica

## Limitações

Profissionais podem enfrentar restrições para atuar oficialmente no SUS se seu Conselho não regulamentar a prática.

Devem seguir as normativas locais e nacionais para garantir conformidade legal.

## Possibilidades

Podem atuar como terapeutas específicos (ex: acupunturista) sem usar o título original de formação.

Necessitam obter formação certificada e reconhecida na prática escolhida.



# Terapias Regulamentadas vs. Não Regulamentadas

## Terapias Regulamentadas

Exigem formação superior e registro em conselhos profissionais.

Exemplos: acupuntura e homeopatia.

## Capacitação

Regulamentadas: especialização com carga horária definida pelos Conselhos.

Não regulamentadas: cursos livres ou certificados de associações.



## Terapias Não Regulamentadas (por Conselhos)

Aceitam certificações livres sem exigência de graduação formal. Exemplos: Reiki, Yoga e meditação.

## Implementação no SUS

Regulamentadas: mais facilmente implementadas nos serviços públicos.

Não regulamentadas: dependem de normativas locais.

# Base Legal das PICS

Lei nº 9.394/1996

Define parâmetros da educação profissional, incluindo cursos técnicos e livres.

Decreto nº 5.154/2004

Regula a educação profissional e continuada, incluindo cursos livres.

Lei nº 3.268/1957

Regula o exercício da medicina no Brasil.

Portaria GM/MS nº 971/2006

Estabelece a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Portaria GM/MS nº 1.600/2017

Amplia a oferta para 29 práticas integrativas no SUS.





# Panorama da Implementação das PICS no Brasil

7

## Estados com PEPIC e Financiamento

Amapá, Bahia, DF, Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

6

## Estados com PEPIC Formalizada

Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, RN e Santa Catarina.

9

## Estados com PEPIC em Análise

Alagoas, Amazonas, MT, MS, Pará, Paraíba, Piauí, Sergipe e Tocantins.





# Modalidades de Contratação



## Concurso Público

Regime CLT ou estatutário para cargos permanentes.



## Processos Seletivos Temporários

Baseados em legislação municipal ou estadual específica.



## Base Legal

Lei nº 14.133/2021 e legislações municipais/estaduais específicas.

# Experiência Profissional em Processos Seletivos



## **Critério de Desempate**

A experiência pode ser utilizada para desempatar candidatos em seleções.



## **Não Obrigatória**

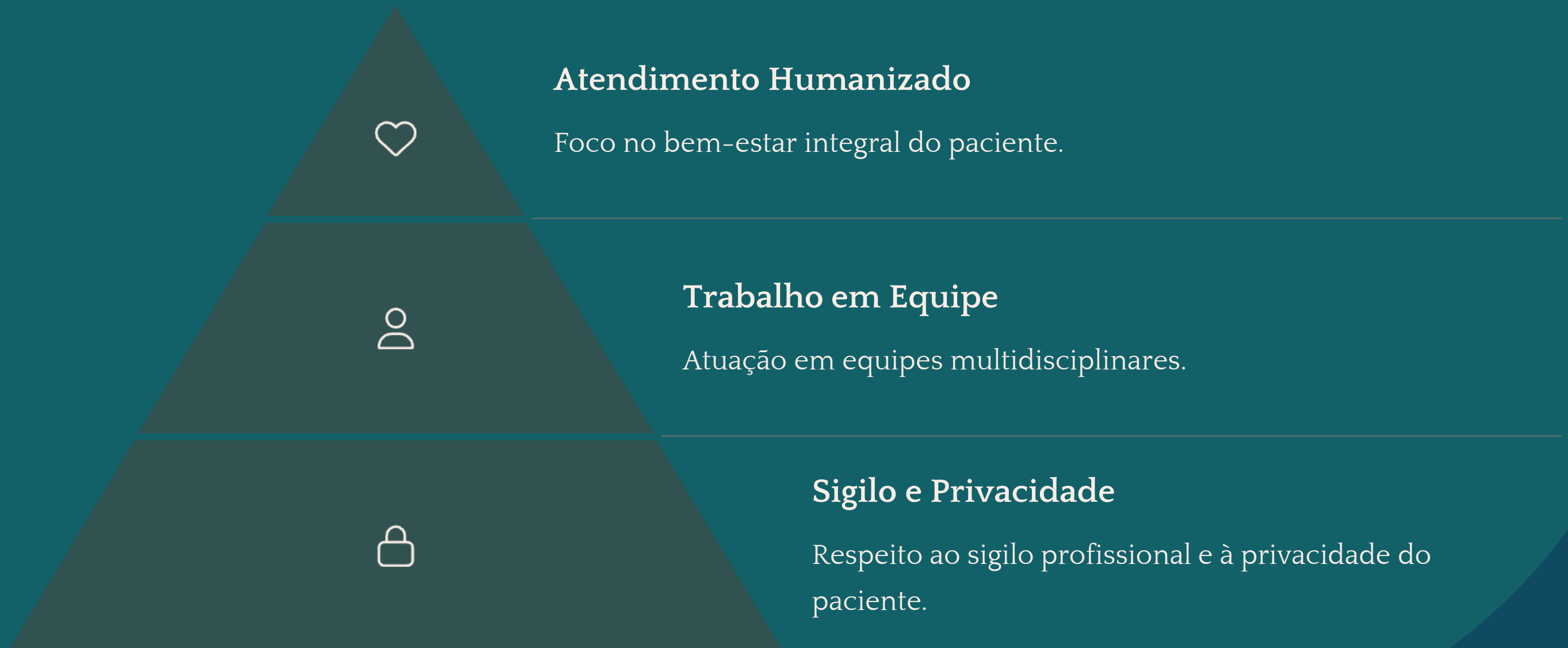
Não é exigência obrigatória para todas as terapias.



## **Regulamentação**

Cada ente federativo estabelece regras próprias em editais.

# Princípios do SUS na Atuação com PICS





# Princípios Doutrinários do SUS

## Universalidade

Todo cidadão tem direito à saúde e acesso aos serviços públicos.



## Equidade

Atendimento conforme a necessidade de cada um.

## Integralidade

Atendimento em todo o ciclo vital, da prevenção à reabilitação.

# Como Encontrar Legislação Regional



## Portais Oficiais

Acesse sites das Secretarias de Saúde e Diários Oficiais.



## Portais de Legislação

Utilize sites especializados com filtros por área e localização.



## Conselhos e Órgãos

Consulte conselhos regionais e órgãos de classe.



## Contato Direto

Entre em contato com autoridades locais para orientações específicas.





# Desafios na Implementação das PICS

## Integração com Medicina Convencional

Superar diferenças filosóficas e práticas entre abordagens de saúde.

## Recursos e Financiamento

Garantir alocação adequada para treinamento, infraestrutura e pesquisa.

## Aceitação Pública e Profissional

Promover conscientização sobre evidências e benefícios das práticas.



# Desafios Específicos para Profissionais Não Graduados



## Supervisão e Integração

Necessidade de protocolos específicos para garantir supervisão adequada.



## Alinhamento de Normas

Discrepâncias entre regulamentações federais, estaduais e municipais.



## Preconceito Profissional

Superar desconfiança e construir respeito mútuo entre membros da equipe.

# Sugestões para Mitigar Desafios



## Parcerias com Instituições de Ensino

Criar programas de certificação reconhecidos e padronizados.



## Protocolos de Supervisão

Desenvolver diretrizes claras para integração nas equipes de saúde.



## Educação e Sensibilização

Realizar campanhas sobre benefícios das PICS para reduzir preconceitos.



## Sistemas de Monitoramento

Estabelecer mecanismos para avaliar eficácia e segurança das práticas.





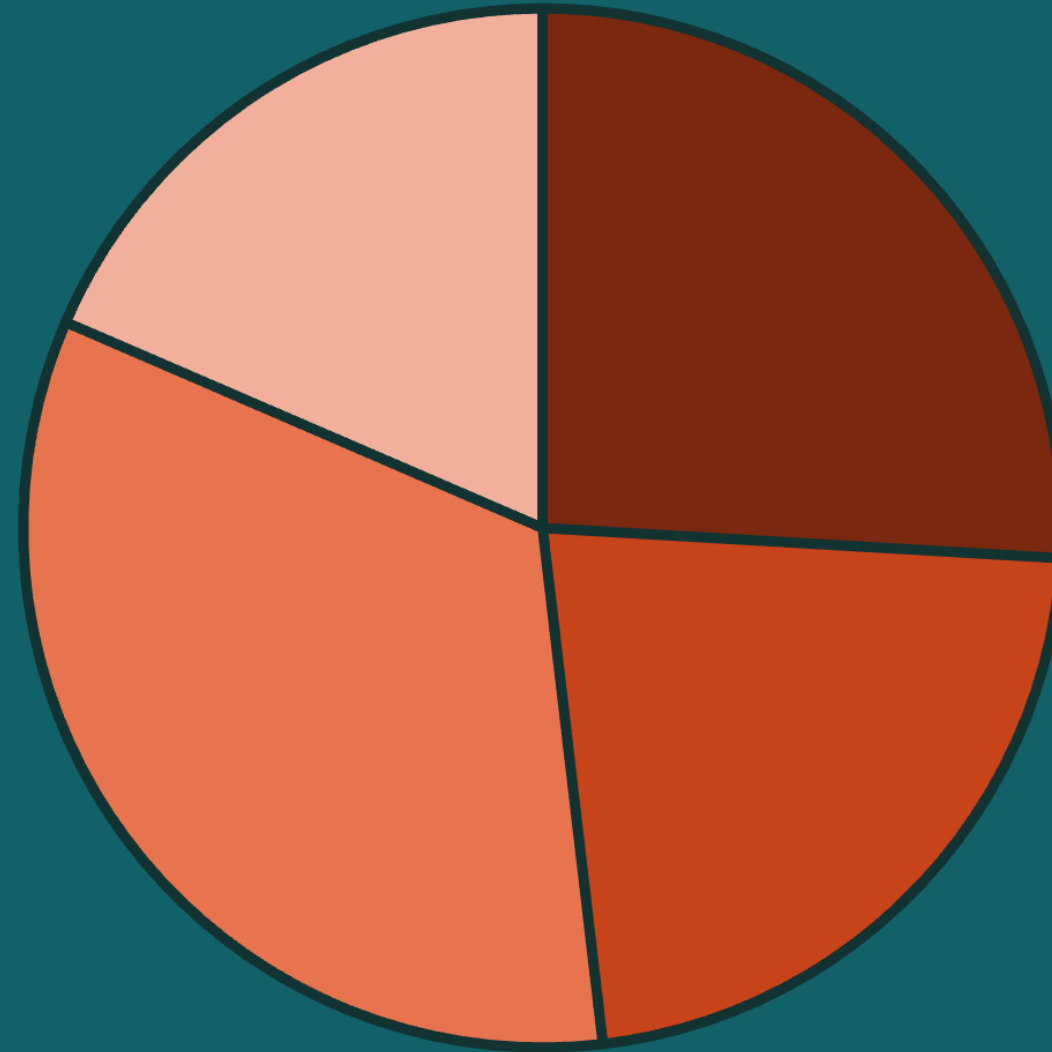
# Impacto das Regulamentações nas Contratações



O SUS opera sob um arcabouço legal complexo que impacta diretamente suas contratações, gerando desafios para gestores que precisam conciliar princípios constitucionais e normas específicas do setor.



# Conclusão



■ Com financiamento

■ Formalizada

■ Em análise

■ Sem PEPIC

A atuação nas PICS no SUS é regida por normativas federais, estaduais e municipais, exigindo formação adequada e respeito aos princípios do SUS, garantindo um atendimento humanizado e integral à população.

# Referências Bibliográficas

**Amado, Daniel Miele; ROCHA, Paulo Roberto Sousa.** "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC)." In: Toma, Tereza Setsuko; Hirayama, Márcio Sussumu; Barreto, Jorge Otávio Maia; Boeira, Laura; Amado, Daniel Miele; Rocha, Paulo Roberto Sousa (organizadores). *Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: evidências científicas e experiências de implementação*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2021. p. 15-30. Disponível em: [https://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/temas-saude-coletiva/pdfs/temas29okweb.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/temas-saude-coletiva/pdfs/temas29okweb.pdf?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 08 fev. 2025.

**BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.** "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Relatório de Monitoramento Nacional." Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/2024/relatorio-de-monitoramento-nacional-das-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/2024/relatorio-de-monitoramento-nacional-das-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude.pdf?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 20 fev. 2025

BARRETO, Franca Alexandre. **Práticas Integrativas em Saúde. Proposições Teóricas e experiências na Saúde e Educação**. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 173.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006.** Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971\\_03\\_05\\_2006.html?utm\\_source=chatgpt.com](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 14 jan. 2025

**Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Atitude de Ampliação de Acesso.** 2ª edição, Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_praticas\\_integrativas\\_complementares\\_2ed.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 18 jan. 2025.

SANTOS, Andresa Coloia dos; CUNHA, Eunice de Fátima Soares da. **Os caminhos das práticas integrativas e complementares na atenção básica: uma revisão integrativa.** *Revista Destaques Acadêmicos*, [S. l.], v. 11, n. 3, 2019. DOI: 10.22410/issn.2176-3070.v11i3a2019.2260. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2260>. Acesso em: 23 fev. 2025.

TELESI Júnior, E. (2016). **Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS.** *Estudos Avançados*, 30(86), 99–112. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100007>. Acesso em: 23 fev. 2025.